



REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA BRASILEIRA

Maria Helena de Amorim Wesley*

As transformações requeridas pelo cenário mundial enfrentam o desgaste da imagem das Forças Armadas, responsável em parte pelo prejuízo do reaparelhamento e desenvolvimento tecnológico militar, e revisão efetiva da Política Nacional de Defesa.

O fantasma do passado recente impõe limites a um planejamento estratégico objetivo, conduzindo à necessidade de conceituar *poder*, como requisito indispensável para qualquer análise das dimensões sociais, considerando-se que a democratização dos meios destrutivos eleva dramaticamente os custos do controle da violência não oficial, revelando a limitação da capacidade do Estado na análise da causa da tensão internacional e nacional, evidenciando uma transição desvalida de valores e práticas tradicionais que coloca em xeque todo o conhecimento das organizações e instituições devido ao descompasso entre o setor sócio-cultural e os sistemas tecnológicos.

Considerando a extensão territorial, as diversidades culturais e econômicas que caracterizam o Brasil, e o cenário de transição supra, há de se rever a necessidade de investimentos em setores de segurança que neutralizem ou enfrentem as atuais pretensões de ameaça à soberania, superando ranços históricos em nome de um futuro que figura estar às nossas costas.

Palavras chave: defesa – Brasil - soberania

* Autor e responsável pelo site <http://www.brasilbrasileiro.pro.br>

“Francamente, não entendemos como – a menos que busque, por um mecanismo subconsciente de compensação, enganar-se a si mesmo e à angústia da instabilidade a que se deseja fugir – possa alguém acreditar hoje nos velhos sonhos de uma paz mundial estável, fundada - e ainda mais para os nossos dias ou os dias de nossos filhos – na justiça internacional, na intangível liberdade das Nações, reconhecida e respeitada por todos, e nesse princípio, tão lógico, tão moral, mas não menos irreal, da autodeterminação e absoluta soberania dos povos, o qual, nem por não se poder nele confiar de forma alguma, importa que se deixe de usá-lo e defendê-lo a todo custo como argumento único, que é dos fracos contra os fortes. O ideal de renúncia à guerra como instrumento da política, proclamado ingenuamente no Pacto Briand-Kellog, ainda em meio ao inter-regno eufórico que apenas separou as duas maiores guerras que já convulsionaram o mundo, viu-se inteiramente ultrapassado pela realidade indiscutível dos fatos. A Liga das Nações nascera já moribunda, triste aborto de um grande idealismo utópico, e a ONU e seu estranho sistema de paternalismo político, por mais que se lhe reconheçam os méritos e as realizações no setor da cultura e da assistência técnica, serviu apenas para criar, à luz meridiana, um palco incruento onde se digladiam tenazmente nações inimigas e irreconciliáveis e onde ressoam as tensões violentas que dissociam o mundo de nossos dias.” (Couto e Silva, 1957).

I – INTRODUÇÃO

Este artigo constitui um testemunho da experiência na busca do conhecimento. Inclina-se em alguns pontos a não considerar a rigidez da objetividade científica, colocando-se despretensiosamente como em um diálogo silencioso do pensamento, com muitas voltas e retorno ao ponto de partida por um atalho inopinado, que pode surpreender diante da simplicidade da nova estrada, mas evidenciando que somente assim consegue conhecer e compreender a realidade brasileira e sua inserção no cenário mundial contemporâneo, tal como a citação supra.

A busca pelo auto-conhecimento cultural, deverá sempre observar a utilização das energias profissionais mantendo uma conduta condizente com a individualidade, evitando, certamente, um comportamento aparvalhado presente em quem se considera dono da verdade. Cabe esclarecer que as idéias aqui expressadas não são originais. Tornaram-se, porém, parte integrante de quem efetua este trabalho, no momento em que se enraizaram no instintivo assentimento da auto-visão de mundo, conformando-se em realidades sedijas que caracterizam o conhecimento.

1.1 - O impacto das transformações tecnológicas no sistema sócio-cultural

A magnitude dos problemas e conflitos atuais - ameaçando fazer ruir parte de nossas sociedades - espelha-se nas reações violentas entre as gerações, na quebra das normas de conduta, nos desprovidos que lutam contra o destino e no abandono de valores tradicionais. Isso faz parte da revolução cultural desordenada onde a perene inexistência de compreensão necessária para respeitar as diversidades indica que nosso setor ideológico e cultural caminhou lentamente enquanto a tecnologia evoluiu rapidamente, criando descompassos manifestos em frustrações e angústias diante da inutilidade dos esforços empregados.

Os mesmos conflitos se fizeram sentir, sem dúvida, naqueles que se viram envolvidos nas revoluções tecnológicas passadas, como a da Irrigação e a Revolução Industrial.

Não obstante contarmos atualmente com novas técnicas e meios que nos permitem melhor compreensão do que ocorre, possuímos a desvantagem de integrar psicologicamente as situações a analisar e, em que pese a tolerância aos homossexuais ou outros movimentos que fogem à norma de comportamento pré-determinada, o rechaçamento para com estes ocorre por serem considerados como ameaças à ordem social. E isso se dá apesar de que sob a perspectiva social se possa afirmar que esses indivíduos são elementos constitutivos da evolução, por mais incoerente que pareça, como pareceu insensata e amoral a posição de Durkheim (1977) ao discutir sobre o crime como um fato normal no final do século XIX, escandalizando a sociedade francesa.

O temor em descobrir a inverossimilhança das crenças, dos sistemas políticos, aliados às

pressões existentes no campo das Ciências Humanas, faz com que se caminhe para o exame não acurado, básico para a compreensão científica.

Para se estudar cientificamente a evolução sócio-cultural, deve-se estar preparado para a modificação de concepções tanto de progresso como regresso da história. A essência da atitude científica é, na verdade, o abandono de preconceitos e o recalçamento de preferências e antipatias pessoais, uma vez que a mentalidade científica deve empenhar-se em eliminar a si e seus juízos, até porque os homens realmente de espírito científico não se subordinam à história: fazem a história.

II . OBJETIVOS

2.1 - Processos de trabalho e relações de poder

A revolução e a expansão dos processos tecnológicos, relacionados à mudança na forma de produção e organização do trabalho e ligada à microeletrônica na comunicação, criam novas estruturas de relacionamentos com uma velocidade acentuada pelas redes técnicas, possibilitando a difusão instantânea da informação, encurtando espaços, anulando o tempo histórico e efetuando uma aparente globalização de valores culturais que alteram visões tradicionais e onde a análise do surgimento de novas questões aos desafios carreados pelas transformações, recriam o tradicional e o local priorizando mecanismos que promovam a mudança da teoria e do método.

Identificar o impacto da revolução tecnológica nas estruturas sócio-culturais, o acesso e utilização das redes tele-comunicativas, o aprimoramento da violência e do crime organizado no Estado Brasileiro - considerando-se que o mesmo só se estabelece com o apoio institucional e se caracteriza pela perda da dimensão entre o legal e o ilegal – constitui o objetivo central das reflexões deste autor em trabalho mais amplo, no qual este artigo se insere como capítulo, e onde se busca esboçar estratégias para a Defesa Nacional.

III - ANÁLISES PRELIMINARES

3.1 – Cultura Nacional, Cultura e Conhecimento

A Cultura Nacional é tomada aqui como princípio interdisciplinar que fornece suporte aos estudos científicos para o esboço do cenário cultural, considerando-se que o conceito de *cultura* corresponde ao elemento que contempla diversidade e heterogeneidade, evidenciando uma concepção não excludente que se sobrepõe a uma ótica individualista ou fragmentária da realidade, fundamental para a obtenção do *conhecimento* como estudo crítico do homem e de sua obra, impondo a necessidade do abandono de posturas intelectuais que se consideram proprietárias do rigor e das certezas científicas.

Nas Ciências Humanas ou Sócio-Culturais a complexidade ínsita do objeto, obscurece a compreensão da diversidade e da heterogeneidade em que se assenta o desenvolvimento nacional, em especial quando a transição científica contemporânea configura a necessidade imperativa de uma prática planejada da produção do conhecimento, coerente com a revolução tecnológica que considere a emergência de uma lógica civilizatória fundada em novos valores, novos modelos de organização social e novos padrões de acumulação.

Além da desvantagem de integrarmos as situações a analisar, vivenciamos, como assinala Mattos (2006), as previsões de Lellouche sobre um período de ausência de um órgão ordenador eficiente (ONU, União Européia, Pacto do Atlântico ou alguma superpotência) capaz de restabelecer a paz e a segurança sufocando os diversos pólos de conflitos graves, sangrentos, transnacionais disseminados pela Europa, Ásia e África e nem a hegemonia norte-americana, a ONU e outros organismos internacionais ou Estados nacionais logram sucesso nesse desiderato.

IV - DEFESA NACIONAL

4.1 - Segurança e violência urbana e rural

As fissuras na organização do Estado, originadas pela perda de autoridade e pela entrega gradual de suas leis a grandes empresas, criam um vácuo no poder, que vem sendo ocupado por um poder paralelo.

Bisonhamente, a partir do alerta dado pelo General Heleno sobre a Amazônia, a política indigenista e o perigo da demarcação em terras contínuas da reserva indígena Raposa da Serra do Sol, sucederam-se inúmeros escândalos envolvendo as FFAA, culminando com a morte de civis do Morro da Providência, a demora injustificada da divulgação de que duas das vítimas tinham passagens pela polícia, e o fato de que, apesar da ocupação parcial do Exército no Morro, o tráfico continuou atuando, apenas tendo se deslocado dos pontos da favela ocupados pelos militares, o que sugere, supõe-se, uma tentativa de desmoralização das FFAA perante a opinião pública, muito embora o comandante do CML, General-de-Exército Luiz Cesário da Silveira Filho, tenha seu parecer ao Comandante do Exército, General-de Exército Enzo Peri, alertando sobre os riscos do contato de militares com bandidos e sobre a possibilidade de haver tiroteios e até mortes de civis por balas perdidas. Seu temor era que os militares estariam em áreas conflagradas, mas sem flexibilidade legal para real combate ao crime. Foi, porém, voto vencido. O Palácio do Planalto seguiu a sugestão de políticos e atendendo a interesses eleitorais privatizou o Exército ao lançar mão de um destacamento através de um convênio entre o Ministério das Cidades e o Ministério da Defesa (Santoro, 2008).

Igualmente jactancioso e raso é o fato de que a partir das denúncias sobre a participação da Casa Civil e, por ilação, do Planalto, em operações ilegais e lesivas ao patrimônio nacional (compras e vendas do complexo da VARIG), do caso Bancoop (suspeita de assassinato e repasse ilegal de dinheiro para campanhas eleitorais em 2002) e das cartas e computadores de Raul Reyes - chefe das FARC colombianas recentemente morto - envolvendo o governo brasileiro, a mídia ter desviado a atenção para manifestações do MST e similares, mesmo já tendo ocorrido o costumeiro Abril Vermelho com suas conhecidas práticas coordenadas de invasões e quebra-quebras.

A perda de autoridade, do controle territorial, os picos de insegurança, o aumento da desigualdade e a eclosão da violência (Morro da Providência) resultam do *apagamento* da real relação entre o governo, as FFAA e setores estratégicos que se destinam a manter a soberania, a democracia, a integridade física e social, facilmente percebidos no aviltamento de salários e verbas para operações, cujas conseqüências podem desaguar no despreparo, considerado pelo ministro de justiça Tarso Genro como *prova de que as FFAA não estão qualificadas para atuar no combate ao crime organizado urbano*, desconsiderando a existência de tropas brasileiras no Haiti.

Obviamente se deve sempre observar que devido aos baixos soldos ou salários, os indivíduos responsáveis pela segurança e defesa (não só as das FFAA) residem com seus familiares nas favelas ou no seu entorno – problema não enfrentado no Haiti pelas tropas brasileiras -, na *linha de tiro*, e não há como negar o resultado desastroso já observado nos casos de corrupção, roubos de armas e equipamentos e uso de drogas. Não restam muitas opções: ou são vítimas ou cúmplices (Santoro, 2008), corroborando com as preocupações do General Carlos Jansen (2008) sobre a possibilidade de infiltração do crime organizado já estar tangenciando o Exército Brasileiro.

V - SISTEMA DE DEFESA

5.1 – Poder Nacional e Diplomacia

Entende-se por Poder Nacional “[...] *uma conjugação interdependente de vontade e meios, voltada para o alcance de uma finalidade [...] a capacidade que tem o conjunto dos homens e dos*

meios que constituem a Nação, atuando em conformidade com a Vontade Nacional, para alcançar e manter os Objetivos Nacionais” [do Estado] (ESG, 2004: p. 35-6) que “resultam da identificação de necessidades, interesses e aspirações que, em determinada fase de sua evolução histórico-cultural, a Nação busca satisfazer” (ESG, 2004: p. 25).

Considerando-se o Poder Nacional como o instrumento de que dispõe a Nação para conquistar e manter seus objetivos (ESG, 2004: p. 38), pode-se compreender porque a sociedade associa *poder* à capacidade bélica de uma Nação.

Com a criação do Ministério da Defesa (1995) – que gerou a Política Nacional de Defesa de 1996 já contando com a participação de diplomatas – os militares perderam a hegemonia das decisões não só em questões de Segurança e Defesa, mas também sobre todas as variantes correlatas, a exemplo da própria idéia de poder e do PN (Poder Nacional), quebrando um paradigma que a história mostra ser extremamente frágil.

A nova configuração nacional implica reaprender a visão de Poder Nacional, Segurança, Defesa, Estratégia e suas ligações com Povo, Pátria e Nação, e onde a Diplomacia torna-se uma valiosa via dessa compreensão, na medida em que nesse novo ordenamento filosófico e jurídico ela tem desafio ímpar como bem defende Côrtes (2002):

“Recordo inicialmente que a Diplomacia é a arte de identificar as diferenças de comportamento humano em uma mesma área de interação de grupos sociais, promover grau semelhante de compreensão recíproca dessas diferenças, encontrar as maneiras de harmonizá-las e induzir novas formas de comportamento visando ao máximo possível de satisfação para todas as partes envolvidas no processo (...) assim sendo, somos levados a reconhecer que os reflexos da RAM [Revolução em Assuntos Militares] e do PMM [Pós-Modernismo Militar] criam a necessidade de entrosamento institucional, estreito e continuado, entre Diplomatas e Militares, numa concepção sistêmica da Defesa Nacional, com especial ênfase em todas as etapas das operações combinadas ou conjuntas”.

O desfiguramento do teatro de guerra que gerou na última década uma revisão do papel e da funcionalidade da Escola Superior de Guerra conduz ao reconhecimento da Diplomacia como Expressão do Poder Nacional e fundamental para o fortalecimento do Objetivos Nacionais em acorde com o Itamaraty, possibilitando maior articulação entre Homem-Vontade-Meios expressos no Pensamento Estratégico, a exemplo do caso da Amazônia onde embora os militares brasileiros sejam reconhecidamente os melhores na categoria *guerra na selva* não significa que possam prescindir da Diplomacia, sob pena de instalar-se profunda vulnerabilidade.

VI - A DIPLOMACIA BRASILEIRA

O término da Guerra Fria e o advento da Nova Ordem Mundial esvaziam paulatinamente a Autodeterminação e a Soberania através da atual Política Internacional - que coloca à margem o Princípio da Não Intervenção - cujas preocupações e os interesses coletivos pautam-se pela proteção dos direitos humanos, preservação do meio ambiente, combate ao crime organizado e controle de armas de destruição em massa.

O surgimento dessa nova ordem mundial liderada pelo Estados Unidos, após a queda do muro de Berlim, inicia a era unipolar, e apesar de aparentemente afastar ou atenuar os perigos de hecatombe nuclear, não põe fim ao flagelo da guerra como se observa nos diversos conflitos alimentados por diferentes interesses (que apagam as ideologias) e que reforçam as colocações de Golbery (1956) sobre a Carta das Nações Unidas promulgada após a II Guerra Mundial, apagando em grande parte o Direito Internacional Público e o princípio de convivência pacífica internacional estabelecido como alvo da Organização das Nações Unidas (ONU) a exemplo das ameaças a dignidade da pessoa humana (sic).

Não se pode deixar de observar a distinção – atualmente esquecida – dos papéis entre Presi-

dente e Embaixador, descurada desde o governo de Itamar Franco, que tantos danos tem causado à Política Externa e aos diplomatas de carreira e que será objeto de análise em outro estudo.

VII - A SEGURANÇA NAS FRONTEIRAS

7.1 – Forças Armadas e Governo

Conceituada aqui a fronteira como espaço de contatos sociais com limites porosos, sujeitos à osmose de civilizações e sociedades que determina os limites terrestres, de profundidades e superfícies, marítimos e aéreos, estabelecem-se perímetros geométricos territoriais que proporcionam a criação de fronteiras visíveis e invisíveis.

A integração imposta pela globalização econômica e política que balizam a organização do espaço social, constitui grande desafio para o país diante do território amplo e diferenciado, dificultando inovações e gerando conflitos que interferem na vida nacional (a exemplo da insolubilidade da questão agrária que resulta na pobreza urbana).

Apesar das limitações político-econômicas, o Brasil alinhou-se à política internacional multilateral estabelecida pela ONU através das diversas missões de paz, a saber, em Suez (1957-67), em Moçambique (1994) e atualmente no Haiti, conforme o estabelecido na Constituição Federal Brasileira (promulgada em 5 de outubro de 1988) cujo art. 4 contém os princípios fundamentais que regem a ação política internacional do país como segue:

- I – independência nacional;
- II – prevalência dos direitos humanos;
- III – autodeterminação dos povos;
- IV – não -intervenção;
- V – igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII – solução pacífica dos conflitos;
- VIII – repúdio ao terrorismo;
- IX – cooperação entre os povos para o processo da humanidade;
- X – concessão de asilo.

§ único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Procurando ser pragmático, o Brasil tem pautado sua participação em operações de não-guerra e sob o patrocínio das Nações Unidas em países lusófonos (Brigação e Proença, 2002), seguindo sempre o que reza a Carta das Nações Unidas no que concerne à intervenção na soberania de um Estado em conflito (estabelecido pela pré-disposição, ou não, das partes envolvidas) o que caracterizará a natureza da operação (imposição, manutenção ou construção da paz), embora o Brasil sempre busque contemplar a decisão das partes envolvidas e incline-se para missões de *manutenção da paz* em detrimento das de *imposição de paz* a exemplo das operações em Moçambique (1994, disputa pelo poder entre a Frente de Libertação de Moçambique/FRELIMO e a Resistência Nacional Moçambicana/RENAMO), e Angola (1995 com o Movimento para a Libertação de Angola/MPLA e a União Nacional para a Independência Total de Angola/UNITA) onde a existência de partidos definidos e reconhecidos internacionalmente favorecem decisões de comum acordo, representativas da soberania de seus povos e caracterizam as missões de manutenção da paz estipulada na Carta das Nações Unidas.

Na esperança de desenvolver trabalho mais amplo este autor levantará dados sobre a participação brasileira no Haiti a partir de 2004, considerando que a referida missão não deixa de caracterizar uma ocupação estrangeira, cuja manutenção acarreta gastos de cerca de 130 milhões anuais.

Nada a censurar, não fossem os cortes de verbas no Brasil na educação (fuga de profissionais qualificados das universidades), na saúde (recrudescimento de epidemias) e nas infra-estruturas, além de parques investimentos na área de segurança e defesa.

7.1.1 - Industrialização tardia e sucateamento das Forças Armadas

Embora a Base Industrial de Defesa (BID) instalada seja bastante significativa, assim como a qualidade dos pesquisadores e dos profissionais ligados às indústrias, empresas, universidades e às FFAA brasileiras, encontramos um histórico de dificuldades, representados nos períodos de expansão e retração, devido ao reflexo da participação do Brasil em conflitos resultantes da conjuntura nacional e internacional nas diversas condições históricas.

No passado recente (anos oitenta) encontramos o ápice das indústrias de material de defesa com alto índice de desempenho qualitativo e quantitativo de produção graças a uma atuação coordenada entre FFAA e a BID.

Atualmente urge a superação dos interesses e práticas do passado, que impedem o surgimento de mudanças de orientação governamental aliada a um entendimento participativo crescente do Ministério de Defesa (MD), e das pressões do mercado internacional (governos estrangeiros, ONGs). Tal superação configura a única forma de dar continuidade à expansão do BID e, conseqüentemente ao reaparelhamento das FFAA além de favorecer as exportações de MEM (Material de Emprego Militar).

A necessidade de aprimorar o relacionamento das FFAA com a BID, além do fortalecimento do MD, favorece o aumento da participação e controle dos investimentos em MEM, o que requer o estabelecimento de uma divisão nítida de responsabilidade entre o setor público e o privado que facilite o processo (Lange, 2007).

7.2 - A questão da Amazônia

O exacerbado interesse pela Amazônia sempre foi ostensivo: em 1850 o Observatório Naval de Washington (defende a livre navegação internacional no Rio Amazonas); em 1902 o Barão de Richtofen; em 1989 Al Gore e Mitterrand; 1990 o Congresso de Ecologistas Alemães; em 1992 o Conselho Mundial de Igrejas Cristãs, John Major (ex-Primeiro-Ministro do Reino Unido), Patrick Hugles (Agência de Inteligência de Defesa, Departamento de Defesa dos EUA); e em 2005 – Pascal Lamy (OMC). Seguem-se Kissinger, Thatcher e Gorbachov, todos questionando a posse brasileira da Amazônia e delineando a imposição da soberania compartilhada (Paiva, 2008).

Cabe chamar a atenção para o ano de 1992 (ECO-92) quando são fixadas as diretrizes para a ocupação e abandono da fase propagandista graças ao estabelecimento da Reserva Indígena Yanomamy, o que posteriormente impulsionou a criação de grande parte das Terras Indígenas (12% do Território Nacional).

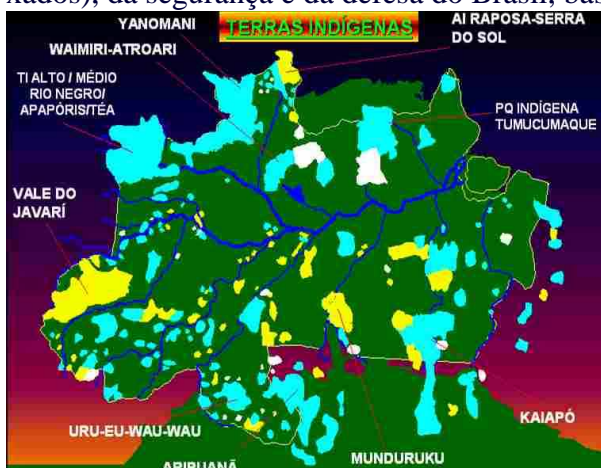
As campanhas tendenciosas e ofensivas à soberania do país expõem, entretanto, nossa vulnerabilidade, caracterizada pelo vazio de poder, ausência do Estado, desconhecimento dos riscos em não povoar, não integrar e não preservar. Ademais, movimentos sociais e órgãos ambientais e mesmo o governo federal apresentam certa conivência com ONGs que desembocam em conflitos internos entre as reservas indígenas, as áreas de garimpo, madeireiras, e as fronteiras agrícolas. Acrescente-se a isso a alegada descoberta recente de *índios isolados*, sonho de todo antropólogo saudosista incapaz de reconhecer o fim do caminho diante da inevitável integração a ser feita por nós ou por outros.

O decantado desenvolvimento sustentável - a propagada economia política do meio ambiente que o envolve e a problemática ecológica - não só deve pautar-se pela preservação dos recursos e investimentos (tangíveis e intangíveis) realizados, entre si e as instituições, mas requer o uso regulamentado e monitorado numa regra geral que seja conhecida por civis, militares e governo, evitando constrangimentos e comportamentos impróprios presos ao ranço do passado, reconhecendo ainda que um dos motivos da falta de recursos para as FFAA é a crença ambígua de que o país não tem

ameaças, apesar das notícias sobre a recriação da Quarta Frota (destinada a realizar missões agressivas nas regiões do Caribe, América Central e América do Sul) mostrar que os interesses estratégicos norte-americanos (coincidentes com as descobertas de novos campos petrolíferos na plataforma continental brasileira) e anteriormente os acidentes da GOL e da TAM terem exposto a fragilidade do sistema aéreo nacional.

Em nome da conservação do meio-ambiente, combate ao narcotráfico, destruição das florestas, imigração ilegal, terrorismo (internacional) e proteção aos indígenas, as crescentes intervenções armadas sem o patrocínio do Conselho de Segurança da ONU (servo dos interesses das Potências) aumentarão a intenção de legitimar o direito de ingerência, o que induz à uma Estratégia de Resistência pelas Forças Armadas visando impedir ou dificultar as ameaças à soberania diante da omissão governamental perceptível na liberação de 24 bilhões para o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social) e Combate à Fome e de 1,2 bilhão para as Forças Armadas.

A negligência das autoridades brasileiras ao estabelecer em faixas de fronteira extensas áreas de reservas indígenas e de proteção ambiental dá origem aos vazios do poder do Estado, promovendo de forma irresponsável e criminosa a vulnerabilidade dos limites territoriais (historicamente fixados), da segurança e da defesa do Brasil, bastando que se sobreponha o Mapa 1 ao Mapa 2.



Mapa 1



Mapa 2

Fonte: Mensagem recebida pelo [http:// www.brasilbrasileiro.pro.br](http://www.brasilbrasileiro.pro.br) (BRASIL BRASILEIRO)

As declarações do General Heleno calaram fundo no autor deste artigo: infelizmente as conclusões de trinta anos se confirmam ao constatar-se que a maior vulnerabilidade deste país está onde sempre esteve nos últimos anos: na fronteira institucional (metafísica) localizada na Capital Federal.

O descaso com a capacitação das Forças Armadas e do Serviço Diplomático para a defesa das fronteiras jurídicas, já começa a dar sinais através do desconhecimento das ameaças que recaem sobre as fronteiras metafísicas, sobretudo a institucional.

A sensação de impotência e angústia que assaltam este autor sobrevém do *sentir na pele* a arrogância com que os não-brasileiros determinam a preservação da floresta em nome do meio ambiente instituindo uma concepção de soberania plena restrita aos países desenvolvidos, escudando-se em *nobres causas* que deterioram e limitam a soberania de países emergentes.

Vale o alerta de Cabral Filho ao assinalar:

“[...] estamos neste momento assistindo a crescente pressão sobre o subcontinente, com o processo em curso de desestabilização da Venezuela e da Argentina. Pressão que visa sobretudo vulnerabilizar o projeto de criação de um eixo Caracas-Brasília-Buenos Aires, que seria o sustentáculo de um mercado sul-americano, base possível de qualquer integração latino-americana. Trata-se, pois, de uma típica ação preventiva do “terceiro interessado”, visando gerar obstáculos que inviabilizem a construção de uma unidade econômica entre as bacias do Amazonas e do Prata, germe do que será futuramente o maior mercado in-

tegrado do Ocidente.” (Cabral Filho 2002, p: 181).

Os movimentos sociais e órgãos ambientais do governo federal, coniventes com ONGs, desprezam os alertas dos riscos à soberania e integridade territorial, a exemplo das reais atividades desses organismos internacionais.

Entre as conseqüências decorrentes da análise objetiva do desempenho desses organismos Leonel (1998) ressalta que, apesar de seus objetivos declarados, os organismos internacionais acabam por servir aos interesses dos Estados que de fato direcionam sua atuação e que a Nação que não puder defender seus próprios interesses não deve jamais esperar que qualquer organismo internacional o faça por ela. Analogamente, as ONGs, quaisquer que sejam os objetivos altruístas que apregoam, na verdade são, quase todas, braços auxiliares da política externa dos principais atores da cena internacional (Côrtes,1999).

Côrtes enfatiza que:

*Durante a Guerra Fria, dentre os instrumentos utilizados pelas partes em enfrentamento existiram muitas entidades e organizações **privadas internacionais**. Com o tempo, a atuação desses **elementos auxiliares** de política externa foi retirando-lhes utilidade real. Algumas dessas organizações foram substituídas e outras novas surgiram, usualmente defendendo **causas nobres** (direitos humanos, proteção ambiental, etc.). Elas passaram a ser conhecidas como Organizações Não-Governamentais (ONGs), lograram considerável grau de reconhecimento formal no âmbito internacional e fizeram com êxito a transição para o período pós-1990. No mundo pós-1990, essas transformações se acentuaram, refletindo a realidade predominante da existência de uma superpotência única e de um triângulo de poder econômico mundial. As ONGs merecem especial atenção pela utilização que de algumas delas fazem ou podem fazer a superpotência, as mega-potências e, até certo ponto, as potências ascendentes. O passado recente oferece muitos exemplos desse emprego sub-reptício de verdadeiros mecanismos auxiliares de política externa. Na presente etapa existe o grande risco de que entidades desse tipo sejam empregadas para a promoção das chamadas novas idéias, já mencionadas acima.”*

Destaca ainda as seguintes *novas idéias*, que passaram a ser continuamente orquestradas no plano internacional de modo a justificar intervenções em países-alvos:

- promoção da justiça social (tarifa *antidumping* social);
- penalidades comerciais para proteção ambiental (selo verde);
- soberania limitada;
- dever de ingerência;
- direito de intervenção;
- interferência humanitária;
- reformulação do papel das forças armadas; e
- outras semelhantes.

Anteriores às *novas idéias*, já correntes as *causas nobres* passam justificar a atual sanha intervencionista internacional, entre outras:

- direitos humanos;
- direito das minorias;
- justiça social; e
- povos indígenas.

Presentes no cenário internacional, cada vez mais atuantes, organizadas e motivadas, as Organizações Não-Governamentais (ONGs) são agentes de influência ponderável em todos os temas da agenda internacional. De cerca de 1000 em 1958, elas passaram a 18000 em 1990 e hoje já ultrapassam a casa dos 32000 no mundo. Analisar suas finalidades e seus financiamentos constituem pontos imprescindíveis para se contrapor às *novas idéias* as *causas nobres* que trincam a soberania

nacional e a integridade territorial dos Estados (selo verde e suas implicações no patenteamento e comercialização, antidumping social, doutrina da soberania limitada, interferência humanitária, dever de ingerência, direito de intervenção, internacionalização da Amazônia, novo papel das Forças Armadas dos países periféricos). A combinação das *causas nobres* com as *novas idéias*, invocadas pelas ONGs, reforçadas pelos governos sob o slogan “*em nome da comunidade internacional*”, evidenciam uma imposição intervencionista como regra normal e legítima de atuação internacional, afrontando as normas jurídicas do Direito Internacional e o princípio de autodeterminação dos povos e o exercício da soberania (Costa e Silva, 2002).

VIII - ATUAL CONJUNTURA

Como única testemunha do tempo a História ensina que independência não constrói sozinha a verdadeira soberania e apesar da utilização de termos como *globalização*, *soberania relativa*, sabe-se que sempre existiram países gravitando em volta de outros mais desenvolvidos, mesmo quando a América ainda era desconhecida.

Na definição de Accioly “[...] a soberania é uma autoridade máxima, que permite ao Estado governar-se livremente, sob as normas do Direito, e o provê de força coercitiva” (in Côrtes, 2006, p: 162-82), pode-se inferir que a expansão ou retração da economia determina o grau de independência dos países como fator basilar para uma soberania forte.

Os avanços científicos e tecnológicos do século findo, tal como as Grandes Navegações e a Revolução Industrial, ao incidirem sobre os modos de produção, passam a determinar os rumos econômicos mundiais, comprovando que nenhum país é completamente autônomo e mesmo as conhecidas Potências ou os antigos Impérios sempre estiveram à mercê dos humores dos mercados relacionados às suas economias.

O questionamento da soberania brasileira deve-se em grande parte a noticiários que projetam imagens distorcidas, aliadas a entidades “bem-intencionadas”, missionários e mercenários de movimentos ecológicos financiados por transnacionais que visam à defesa de formação de *nações indígenas independentes* nas fronteiras, estribados em acusações de destruição das matas e poluição das águas.

A atual conjuntura brasileira em que se destina maior atenção às questões econômicas e sociais do que às militares, fortalece os objetivos de Potências em mudar a destinação das Forças Armadas dos países em desenvolvimento e sua clara intenção de legitimar o direito de ingerências, favorecendo a vulnerabilidade da integridade territorial, enumerados como segue:

- esmaecimento da soberania, presente nos interesses internacionais;
- morosidade da integração de espaços (Amazônia);
- no sucateamento militar (a partir dos anos 90); e
- inexistência de visão prospectiva.

A mudança de posicionamento do eixo de confrontação internacional de Leste-Oeste para Norte-Sul, pôs a descoberto os conflitos de interesses entre os países desenvolvidos do Norte e os em desenvolvimento, ou pobres, do Sul.

Em seguida, junto a outras novas ameaças à soberania dos Estados, observam-se os chamados *delitos transnacionais*, mais conhecidos:

- o narcotráfico;
- o terrorismo;
- o crime organizado;
- a lavagem de dinheiro; e
- contrabando de riquezas naturais, de armas e munições etc.

Diante do que foi possível expor neste artigo, fruto de reflexões isoladas deste autor, acredita-se poder destacar pontos fundamentais (listados a seguir) para uma mudança e aperfeiçoamento da Política Nacional de Defesa, sem olvidar que “*O Brasil é a cada momento um pouco de todos*

nós”.

- Elaboração de uma Política Nacional de Defesa que inclua o MRE;
- Reaparelhamento urgente das FFAA;
- Incentivo e apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico;
- Revisão das atuais políticas;
- Vontade nacional para reagir às interferências internacionais;
- Conscientização nacional;
- Apoio a projetos nacionais (Calha Norte, SIVAM).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CABRAL FILHO, Severino Bezerra. **Amazônia e globalização: reflexão em torno de alguns possíveis futuros**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Estratégicos. Agosto de 2002 [fonte fotocopiada; dados incompletos]
- CÔRTEZ, Marcos Henrique Camillo. **Preservação do Estado Nacional ante o processo de globalização**. Rio de Janeiro: Revista da Escola Superior de Guerra, Ano XII, n° 34. 1997
- _____, **Potências ascendentes – o caminho da paz no 3° milênio**. Rio de Janeiro: Revista da Escola Superior de Guerra, Ano XVI, n° 38. 1999
- _____, **As violações invisíveis das fronteiras: proposta inovadora para a tipologia das fronteiras**. Rio de Janeiro: Revista Idéias em Destaque, n° 20, jan./abr. 2006
- COUTO E SILVA, Golbery do. **Aspectos geopolíticos do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1957
- COSTA E SILVA, Paulo Roberto. **Integração Sul-Americana**. Rio de Janeiro: Revista da Escola Superior de Guerra, Ano XIX, n° 41. 2002
- DURKHEIM, Emile. **O suicídio**. Lisboa: 2ª ed. Presença 1977
- LANGE, Valério Luiz . **O relacionamento entre o Exército Brasileiro e a Base Industrial de Defesa: um Modelo para auxiliar a sua integração**. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado, ECEME. 2007
- LEONEL, Benedito Onofre Bezerra. Homenagem da Associação Comercial do Rio de Janeiro aos Ex-Combatentes no Dia da Vitória. Rio de Janeiro: Revista da Escola Superior de Guerra, Ano XIII, n° 36. 1998
- MATTOS, Carlos de Meira. **Novas teorias do poder mundial**. Rio de Janeiro: Revista Idéias em Destaque, n° 20, jan./abr. 2006

FONTES VIRTUAIS

- BRIGAGÃO, Clovis & PROENÇA JR., Domício. **Brigagão e Proença: inserção internacional de segurança no Brasil**. Rio de Janeiro: Tempo Real – CEBRI. Edição de 20/11/2002
- JANSEN, Carlos. **Única saída é descer o Morro**. Rio de Janeiro: Entrevista com Ricardo Miranda, Equipe do Correio (online). 2008
- SANTORO, Rebecca. **EB na Providência: tudo muito previsível para tantas surpresas**. Portal TERNUMA - Artigos, 27/06/2008